

Artes de visitar: redes de sociabilidade e estratégias de legitimação na viagem de Rocha Pombo ao norte do Brasil

Alexandra Lima da Silva*

Mergulhar na viagem ao norte do Brasil empreendida por Rocha Pombo nos idos de 1917, no sentido de compreender¹ os significados desta prática na experiência deste sujeito, é o horizonte do presente trabalho. O objetivo é indicar como a viagem empreendida por um intelectual por ser uma ação reveladora de suas redes de sociabilidade, apoio e prestígio, ou ainda, uma estratégia na luta pela legitimação em meio a elas, em seus microclimas, tensões e clivagens no interior dos grupos.

Com respeito ao entendimento da noção de legitimação, penso que se devem considerar os processos e modos de obtenção de uma legitimidade ou aprovação entre os membros de uma coletividade. No caso de Rocha Pombo, o autor buscava ser reconhecido como autoridade intelectual no campo da escrita de história². Nesse sentido, conforme salienta o sociólogo francês Pierre Bourdieu, “o reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares/concorrentes concedem a cada um de seus membros, é função do valor distintivo de seus produtos (BOURDIEU, 1983:127). Assim, na luta pela legitimação, a estrutura do campo é fundamental, onde deve-se considerar especialmente, “a distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta”(Ibidem, p. 136).

Uma vez que a viagem é pensada aqui como uma prática social repleta de significados, e também, enquanto representação, entendida enquanto “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado” (CHARTIER, 1990:17), concebo como aportes teóricos as contribuições de Roger Chartier, na percepção do social como “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas

* Doutora em Educação (UERJ). Professora Adjunta do Departamento de História da UFMT.

¹ Este trabalho é fruto da tese de doutorado intitulada: *Escritas de viagem, escritas da história: estratégias de legitimação de Rocha Pombo no campo intelectual*. Tese de doutorado (Educação). Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

² A respeito da noção de legitimação em sociologia, ver: HABERMAS, Jürgen. *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press, 1975, pp. 68-75; BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: UnB, 2002. v. 2, pp. 674-679.

menosprezados, a legitimizar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (*Idem*).

Por outro lado, algumas categorias como configuração e as noções de *estabelecidos e outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000) podem ser profícuas no entendimento da busca por legitimação no campo intelectual empreendida por Rocha Pombo em suas diferentes ações, com destaque aqui, à viagem.

Assim, em relação à categoria intelectual, remetemos ao campo aberto pela chamada História Intelectual, situada no cruzamento das Histórias Política, Social e Cultural, onde intelectuais são definidos como “produtores de bens simbólicos, mediadores culturais e atores do político”, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimento e promoção de debates. Dentre os estudos sobre “intelectuais”³, busco um diálogo mais estreito com as perspectivas teóricas de Jean-François Sirinelli, entendendo intelectuais em uma dupla acepção: uma mais ampla, como “criadores e mediadores culturais” e outra mais estreita, baseada na noção de “engajamento” (SIRINELLI, 1996).

Para Pierre Bourdieu, “a invenção do intelectual” teria se consumado com Zola, não supondo apenas a autonomização prévia do campo intelectual, sendo o resultado prévio de outro processo de diferenciação, “aquele que leva à constituição de um corpo de profissionais da política e exerce efeitos indiretos sobre a constituição do campo intelectual” (BOURDIEU, 1996:151). Enquanto um mundo à parte, disse Bourdieu, o campo intelectual seria um campo como os outros, onde as noções de poder e luta são cruciais. O campo intelectual (ou literário) é também um lugar de “relações de força (e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las)”, em torno de uma “espécie muito particular de capital”, o qual é alvo das “lutas de concorrência” dentro do próprio campo, em que “o capital simbólico como capital de

³ Dentre as referências sobre a questão, destaco as contribuições dos estudos de Antonio Gramsci, para o qual “todos os homens são intelectuais (...), mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (p. 6), propondo também, uma distinção entre os diferentes tipos de intelectuais, sobretudo no que se refere às categoria orgânica e tradicional. Cf: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Outra referência importante é Norberto Bobbio, para o qual, “um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias, que desde há um século são normalmente chamados intelectuais.” (BOBBIO, 1997, p. 109) onde a questão a ser pensada sobre essa categoria seria o “problema da relação entre intelectuais– com tudo o que representam de ideias, opiniões, visões de mundo, programas de vida...” (*Op. Cit.*, p. 112). Cf: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

reconhecimento ou consagração institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores ao preço de um trabalho e estratégias específicas” (BOURDIEU, 1987:170).

Rocha Pombo e o norte do Brasil

Nascido em 1857, na cidade de Morretes, interior do atual estado do Paraná, sul do Brasil, José Francisco da Rocha Pombo, ainda muito jovem, ingressou no magistério das primeiras letras e na escrita de periódicos, publicando artigos relacionados à instrução. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital da República em 1897, onde passou a frequentar os círculos intelectuais da cidade, em esforços diversos para sobreviver e se estabelecer no campo intelectual. Foi poeta, contista, dicionarista, historiador, professor de História do *Pedagogium*, da Escola Normal, do Colégio Batista, membro do Instituto Histórico e Geográfico e jornalista. Faleceu aos 75 anos, quando acabara de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem tomar posse⁴.

Contra silêncios e críticas, marchou para o norte. Mas não viajou só. Carregou consigo a própria terra da qual partira, a qual sempre utilizava como parâmetro para comparar com as novas paisagens e climas observados e descritos em sua escrita de viagem. O Rio de Janeiro, sua morada desde 1897, estava todo o tempo presente, como modelo para serem destacados aspectos negativos e/ou positivos do observado. No auge de seus 60 anos, muitas foram motivações para viajar aos estados do norte, numa aspiração antiga, que segundo o próprio autor, vinha dos tempos em que se dedicara à escrita da *História do Brasil* (1905-1917). Para além de um projeto ou uma iniciativa individual, a viagem foi fruto de conflitos, associações, acordos, interesses, em que, Rocha Pombo tentava imprimir em sua narrativa de viagem somente a lógica do sacrifício e da motivação pessoal para conhecer e escrever um Brasil “maior, real, verdadeiro”.

Almejava reverter a situação de dificuldade que a edição da *História do Brasil, ilustrada* causara a ele e ao editor em termos de crítica e público, buscando ampliar as

⁴ *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, 1991, Vol. III, p.135.

fronteiras e os contatos em relação às suas recém-lançadas obras junto a Weiszflog Irmãos, e em busca, principalmente, de aceitação entre o público “popular” e também, entre os pares, nos círculos de “homens de letras” de norte a sul do país, na luta pela consagração e legitimação no sentido amplo. A necessidade de aprofundar a pesquisa em arquivos também motivou a excursão de Rocha Pombo, no sentido de incrementar a escrita da próxima *História do Brasil*, edição comemorativa do centenário da independência. Por sua vez, a partir da correspondência prévia com os sócios dos Institutos Históricos, é possível aferir que a viagem de Rocha Pombo teve como uma das motivações, a consolidação e afirmação do projeto republicano dos Institutos Históricos nos estados visitados.

Durante quase cinco meses pelo Brasil afora, atravessando rios e matas, descobrindo gentes, histórias, paisagens, Rocha Pombo percorreu um total de onze estados: Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará, e Amazonas. As vivências explicitadas por Rocha Pombo remetem, em muita medida, ao que Michel de Certeau acentuou a respeito dos ditos “relatos de espaço”, em que:

Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço. A este título, tem a ver com as táticas cotidianas, faz parte delas, desde o abecedário da indicação espacial (“dobre à direita”, “siga à esquerda”), esboço de um relato cuja consequência é a escrita pelos passos, até ao “noticiário” de cada dia (...).Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” (...) De fato organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (CERTEAU, 1994:200).

-Instituições, visitas e contatos

A viagem seguia um ritual de visitas a partir do momento da chegada, num duplo movimento, o encontro com autoridades locais, e o recebimento de visitas pelo viajante no próprio hotel. Encontros com os presidentes dos estados e recepções de comissões dos Institutos Históricos locais IHGB foram duas constantes observadas em quase todo o relato, o que fortalece o argumento de que tais atividades foram previamente agendadas e planejadas desde o Rio de Janeiro, por meio da troca de muitas correspondências e acertos entre as partes envolvidas.

Compreendo os esforços da viagem empreendida pelo intelectual como uma ação reveladora de sua motivação em ampliar e fortalecer seus contatos e alianças, o que ajuda a

dimensionar suas redes de sociabilidade, apoio e prestígio, num movimento de busca por legitimação em meio aos diferentes grupos, contribuindo para o entendimento das categorias de análise “intelectuais” e “sociabilidades” a partir de seus microclimas, tensões e clivagens internas, evidenciadas num jogo de omissões, sanções e exaltações possibilitadas através da escrita.⁵

Nas visitas às instituições, o que considerava digno de nota? É possível pensar os sentidos de tais escolhas no âmbito das defesas e projetos do intelectual paranaense? Assim, notam-se dois tipos de visitas: aquelas denominadas “pessoais,” ocorrendo no âmbito da casa e no seio familiar, e as de caráter público, onde o viajante manifestava interesse por algumas instituições em especial, tais como os palácios do governo; bibliotecas públicas; institutos históricos; arquivos públicos; câmara dos deputados; fábricas de produtos locais; hospitais; museus, escolas; sanatórios; casas de correção; asilos de mendicidade, apenas para citar as mais recorrentes e não necessariamente na ordem exposta aqui.

A partir dos muitos encontros e instituições descritas pelo visitante, é possível verificar o destaque dado às citações de personalidades que conheceu ou reencontrou a partir da viagem, sendo que de um total de 272 páginas das notas de viagem, foram contabilizados cerca de 178 nomes próprios, evocando a identidade e o pertencimento social dos sujeitos, que eram governadores, inspetores, deputados, jornalistas, advogados, professores, “homens de letras” e atuavam em diferentes esferas da vida social. A valorização e reverência através da citação dos nomes no relato do viajante devem ser interrogadas. “Decifrando o recado do nome” (MIGNOT, 1993), é possível aferir que este “determina, alude, evidencia. Nome traduz origem, filiações, pertencimentos, segregações. Nome de batismo sugere tempo e espaço” (MIGNOT, 1993:630). Desse modo, conforme salientado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, “o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros

⁵ A respeito da noção de sociabilidade, Georg Simmel fornece uma importante contribuição, em que: “Interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas *sociedades* também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso.” SIMMEL, Georg. “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 168.

oficiais” (BOURDIEU, 1996:187). Interpreto o destaque atribuído ao nome no relato de Rocha Pombo à associação estreita entre nome e identidade, uma vez que o nome, “é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social” (BOURDIEU, 1996: 188).

Por outro lado, é conveniente pensar quem eram estes sujeitos, e como podem ser reveladores dos próprios conflitos e comprometimentos do autor, evidenciando, que há todo um movimento de sanções e edições na própria escrita, sobretudo quando o autor afirma, num dado momento do relato, que com a necessária astúcia, ouviu todo mundo, não se limitando a frequentar apenas as rodas do poder, pois os mais chegados ao palácio poderiam “ter mais interesse em fazer-me ver e ouvir umas coisas sem ouvir e ver mais outras. Confesso mesmo que pus mais cuidado em ouvir de preferência toda classe de gente que nada tem com política, nem com as coisas do governo”(BOURDIEU, 1996: 198). Ora, na medida em que o “nome indica a função que desempenha na trama” (MACHADO, 1975:167), interrogo se, as pessoas ouvidas pelo viajante são ou não, as mesmas citadas e exaltadas em seu relato. Ou são dois movimentos, com intencionalidades distintas? Através do recado dos nomes enumerados por Rocha Pombo, observo a ausência dos “homens simples do povo” os quais o próprio intelectual paranaense julgava ter aprendido tanto.

Ainda com respeito ao que ouviu das pessoas “comuns”, enfatiza que, em quase todas as capitais percorridas:

senti que as populações se acham num estado como de quem respira à larga ao cabo, em quase todas, de longas impaciências, opressões, e às vezes, terrores. Em alguns estados ainda se refletem na respectiva imprensa, umas tantas complicações de partido, mais rugas pessoais do que propriamente políticas (POMBO, 1918:198).

Os Institutos Históricos como espaços de sociabilidades e projeção

Em todos os estados, a presença e recepções dos Institutos Históricos foram marcantes e recorrentes. Analisando as próprias notas de viagem de Rocha Pombo, como também os periódicos de alguns dos estados visitados, foi possível aferir a organização e mobilização causada nos institutos com a presença do intelectual paranaense.

Uma das primeiras visitas feitas enquanto estive no estado da Bahia, por exemplo, foi ao Instituto Histórico, o qual considerava um dos melhores do país, por possuir biblioteca com sala de leitura vasta, mobiliada e aberta ao público, além do arquivo e museu, sendo a instituição cuidada “com muito zelo e dedicação pelo secretário perpétuo, o Dr. Bernardino de Souza, que seria a alma da instituição.” (POMBO, 1918:38)

Em Sergipe, destacou a recepção feita pelo representante do presidente do estado e por uma grande comissão do Instituto Histórico, dentre outras pessoas. Em sessão solene do Instituto, celebrou-se a posse de Rocha Pombo enquanto sócio honorário no IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), que ocorreu no dia 15 de agosto de 1917,⁶ na qual “fez discurso de recepção o Dr. Prado Sampaio. Fizeram-se ouvir outros oradores. Conquanto sem notável aparato, foi uma festa que despertou atenção pública.” (POMBO, 1918:55) O referido discurso também foi noticiado no jornal *Estado de Sergipe* do dia 18 de agosto de 1917.

Além da solenidade do IHGSE, Rocha Pombo conferiu grande destaque a outras festas promovidas por intelectuais, como a realizada por Afonso Costa, “literato e jornalista baiano, de passagem por Aracajú, considerado pelo viajante um estrênuo propagandista do estreitamento de convívio entre os intelectuais da Bahia e de Sergipe”, promovendo para tanto, além da festa, a publicação de uma revista com esse objetivo (POMBO, 1918:70).

No estado da Paraíba, após a já habitual visita às autoridades locais, conferiu grande relevo às visitadas recebidas, sobretudo a comissão do Instituto Histórico, composta por Manuel Tavares Cavalcanti, Alcides Bezerra e Irineu Pinto. A respeito das três figuras, são tecidas pequenas notas de suas atuações, demonstrando conhecimento na cultura do estado da Paraíba, destacando:

o Dr. Manuel Tavares é um grande cultor da nossa história. É lente desta matéria na escola normal. Irineu Pinto tem trabalhado muito pela história da Paraíba, havendo já feito algumas publicações bem interessantes. O Dr. Alcides Bezerra, ainda muito moço, é um dos intelectuais da terra. Era inspetor do ensino: hoje é Promotor Público da capital (POMBO, 1918:90).

Ainda na Paraíba foram feitas visitas ao Hospital de Santa Isabel, ao Arquivo Público, além da sessão solene celebrada no Instituto Histórico local em homenagem ao visitante, que destaca existir no recinto “um vivo sentimento de tradição e uma grande ânsia de

⁶ Ata da sessão magna de posse da nova diretoria que tem de gerir os destinos do Instituto Histórico no período social de 1917 a 1919. Sergipe, 15 de agosto de 1917, p. 9.

futuro”(POMBO, 1918:95). Por seu turno, a estância no Rio Grande do Norte, foi marcada pela recepção por parte Nestor Lima, secretário do Instituto Histórico, “advogado, professor e também cultor dedicado da nossa história”. Por sua vez, a homenagem recebida pouco antes da despedida do estado mereceu nota do autor, relatando que das mãos de Nestor Lima recebeu o título de sócio honorário da instituição (POMBO, 1918:104).

Em Manaus, as homenagens conferidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas a Rocha Pombo ganharam as páginas dos periódicos locais, como esta, publicada no jornal *A imprensa* do dia 13 de novembro de 1917: “Foi ontem recebido festivamente nessa conceituada associação, o ilustre historiador Rocha Pombo. (...) Depois de uma alocução de 45 minutos, o conspícuo patricio agradeceu à gentileza de que era alvo, havendo ruidosamente aplausos a sua pessoa.”

Ao retornar ao estado do Pará, a convite do governador, Lauro Sodré, o viajante demarcou como muito importante, a nova recepção feita pelo Instituto Histórico, realizada na grande sala do edifício da Associação de Imprensa, por motivo de sua posse na qualidade de sócio honorário, “tendo essa honra em companhia do coronel Rondon e do Dr. Oliveira Lima. Somos os três brasileiros a quem primeiro conferiu o Instituto o título de sócios daquela categoria”. Acentuou que estiveram presentes na referida sessão, “além de grande número de membros do Instituto, muitos jornalistas”(POMBO, 1918:232).

Assim, nos diferentes estados visitados, Rocha Pombo foi bastante agraciado com recepções e solenidades promovidas pelos Institutos Históricos, onde o viajante pôde frequentar os círculos de sociabilidade intelectual. Ademais, o relato do intelectual paranaense evidencia o papel dos Institutos Históricos como “abre-ales” de caminhos para a intelectualidade, conferindo maior projeção e visibilidade aos que tentavam se legitimar e estabelecer no campo em configuração⁷. Neste sentido, “tratando-se de intelectuais, os historiadores devem ser analisados como participantes de múltiplas redes de sociabilidade, através das quais se colocam em contato com o mundo” (GOMES, 2009:11). A partir da

⁷ Para Norbert Elias, “o conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de ‘sociedade’ que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada”, onde acrescenta ainda, o jogo de distinção, que também fazem parte da constituição de dada configuração. (ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol . Rio de Janeiro: Zahar editor, 1994, p. 249).

viagem de Rocha Pombo, vislumbro uma analogia com o que foi pontuado por Ângela de Castro Gomes, para a qual, “as redes familiares e de amizade, a imprensa (jornais e revistas), as instituições de ensino são indiscutivelmente sempre cruciais, ao lado dos dois grandes lugares de consagração nacional: a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico” (GOMES, 2009:11). Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes, ao se falar dos espaços de sociabilidade, deve-se considerá-los em suas dimensões “geográficas”, por um lado, e também, “afetiva”, por outro lado, “demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo”, em redes de relações entendidas como “microclimas”(GOMES, 1996:42).

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838 foi parte do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabilizava num projeto para pensar a história do Brasil de forma sistematizada. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira, capaz de garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. Entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolva dificuldades específicas (GUIMARÃES, 1988).

A leitura da história empreendida pelo IHGB foi marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A nação, cujo retrato o instituto propõe traçar, deve surgir como o desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Dentre as diretrizes centrais do recém-criado instituto, estavam a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Os primeiros estatutos estabelecem também as pretensões do IHGB em manter relações com outras instituições similares, nacionais e internacionais, e em constituir-se numa central, na capital do Império, que incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil.

A história seria o meio para forjar a nacionalidade, projeto no qual o IHGB se dedicou desde os anos iniciais, numa preocupação de trabalhar com o instrumentário da história e da

geografia. Com este propósito, a Revista do IHGB, penetrada na concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicado as biografias, capazes de fornecerem exemplos as gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais. A concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teleológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história.

De acordo com Lília Moritz Schwarcz, os Institutos Históricos e Geográficos tinham como missão, construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos, buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. No Brasil, os institutos tinham por meta, “coligir, metodizar e guardar” documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não somente territoriais. Ao IHGB coube demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional (SCHWARTZ, 1993).

Argumentando que o instituto fundado em 1838 cumpriu papel de primeira grandeza na construção da memória nacional, tendo se colocado a serviço de um projeto político bem definido, a consolidação do Estado Imperial, Lucia Guimarães traz importantes contribuições em sua tese de doutorado. Sua análise concentra-se nos primeiros 50 anos da instituição, que quase coincide com o final do Império. Estudou o IHGB no período em que esteve “debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial”, assinalando a aliança entre o poder público e uma academia que reunia intelectuais cuja preocupação, em grande parte, era contribuir para a consolidação da identidade nacional. Lucia Guimarães defende a ideia de que o IHGB seria uma “Casa da Memória Nacional”, sendo visto pelos estudiosos por diferentes prismas, dentre os quais, o de “Reduto intelectual”, “herdeiro muito próximo da tradição iluminista”, “guardião da história oficial”, “tipo de associação sábia”(GUIMARÃES, 1995). Já no livro *Da escola Palatina ao silogeu*, Lucia Guimarães analisa o período de 1889-1938, cobrindo a história da instituição entre a queda do Império—que representou o fim do patronato oficial— e a inserção do IHGB na política cultural do governo Vargas, coincidente com o centenário da casa. No referido trabalho, a autora mostra como a história da instituição entre 1889 e 1938 foi diferente da de seus primeiros cinquenta anos. Nestes, gozou do favor imperial e era a principal instituição acadêmica do país (GUIMARÃES, 2006).

Os Institutos Históricos nos estados do “norte”

Instituição	Estado	Ano de criação	Observação
O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano	Pernambuco	1862	“É o Instituto Histórico estadual mais antigo do Brasil”.
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	Alagoas	1869	Denominava-se inicialmente, Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)	Ceará	1887	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	Bahia	1894	
Instituto Histórico e Geográfico do Pará	Pará	1900	
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	1902	
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	Paraíba	1905	
O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	Sergipe	1912	É também chamado pelos sócios de “A Casa de Sergipe”
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo	Espírito Santo	1916	
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	Amazonas	1917	
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	Maranhão	1925	Inicialmente chamado “Instituto de História e Geografia”

Assim, os estudos sobre o IHGB permitem que sejam pontuadas diferenças entre as ações no período imperial e republicano. Ademais, a criação de outros Institutos Históricos, para além da capital federal, o Rio de Janeiro, não foi um processo homogêneo e simultâneo. Quais as particularidades e condições para o surgimento de institutos históricos e congêneres, nos diferentes estados visitados por Rocha Pombo, por exemplo?

Considerando os onze estados visitados, apenas em três houve a criação de Institutos Históricos no período imperial. Em oito estados, a criação se deu no período republicano, sendo que o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas fora criado no mesmo ano da viagem do intelectual paranaense ao norte do Brasil. O apoio para receber e celebrar um intelectual da capital é visto por mim, deste modo, como parte dos investimentos para a consolidação e legitimação também destes espaços, recém-criados em alguns dos estados visitados. O intercâmbio com outras entidades nacionais e internacionais, bem como, o contato com sócios correspondentes, era prática usual e poderia fortalecer os institutos. Mais

uma vez, a noção de lugares de sociabilidades (jornais, revistas, editoras, associações, etc.) é importante ferramenta de análise, pois estes “articulavam uma diversidade de atores (escritores, editores, livreiros) em torno de um projeto coletivo” (GOMES, 2009:27).

Últimas considerações

Ao término deste trabalho, concluo que muitos foram as motivações e desdobramentos da viagem na experiência de Rocha Pombo. O viajante do sul conheceu outras paisagens. Superou medos e angústias. Enfrentou a saudade da família. Ampliou redes. Tornou-se conhecido. Divulgou seus livros. Recebeu convites para escrever outros. Redescobriu-se aos 60 anos, quando muitos pensavam em se aposentar. Da travessia inspirou-se para outras escritas da História: Universal, da América, do Brasil, de São Paulo, do Rio Grande do Norte. Não mais um aventureiro! Escrevia agora com a autoridade da experiência que a travessia lhe proporcionara, em tempos nos quais, saboreou arquivos, onde “felizmente não se esgota nem seus mistérios nem sua profundidade” (FARGE, 2009:12). Consultou livros, ouviu as gentes e histórias pelo Brasil afora. Reuniu “provas” para a composição de seus livros, alguns dos quais, repletos de imagens, documentos, mapas.

Na peregrinação por documentos, demonstrou sedução pela pesquisa e inquietante curiosidade. Neste movimento de buscas, foi assessorado por outros pesquisadores e mediadores dos locais visitados, tendo nos Institutos Históricos dos estados, o abre-alas para muitas recepções e debates sobre temas relacionados à História do Brasil. E tudo isso foi registrado por escrito em suas notas de viagem, que também podem ser pensadas enquanto uma memória. Ali, o autor demarcou apenas seus feitos mais notáveis, com uma falsa modéstia bastante peculiar. Apenas trazia a público o que considerava glorioso em sua personalidade. As imperfeições certamente foram omitidas. A ênfase em mostrar que era também um pesquisador pode ter sido uma resposta às críticas de que seria apenas um compilador das ideias de outros.

Todos esses aspectos fortaleceram o argumento que teci a favor de que o viajar, na experiência de Rocha Pombo, foi uma estratégia de ampliação das redes de sociabilidade do autor no campo intelectual. Tal campo, por ser tenso e minado, exigia a constante negociação

e mesmo, aceitação dos pares. O movimentar-se em diferentes círculos e frentes de atuação, era uma das exigências para a sobrevivência. Defendo que Rocha Pombo era um intelectual não por ser um erudito ou homem de letras, e sim, pelas características apreendidas ao longo de sua trajetória: professor, jornalista, editor, deputado, historiador, poeta, contista, viajante, que engajado nas questões do seu tempo, participava e mediava os debates, propondo projetos, sendo um “produtor de bens simbólicos” que envolvido na arena política, criava visões de mundo e interpretações sobre o Brasil.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: UnB, 2002. v. 2.

_____. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (org. Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

_____. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. “Relatos de espaço”. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros. Rio de Janeiro, IHGB, 1991, Vol. III.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 v.

_____ & SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

_____. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial. O IHGB (1838-1889)*. 1995. 339f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Prefácio Arno Wehling. Rio de Janeiro: Museu de República, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MACHADO, Ana Maria. *Recado do nome: leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens*. Rio de Janeiro: Imago, 1976

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. “Decifrando o recado do nome”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.74, n.178, pp.619-638, set./dez. 1993.

POMBO, Rocha. *Notas de viagem. Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila editor, 1918.

SCHWARTZ, Lilia Moriz. “Os institutos históricos e geográficos- guardiões da História Oficial”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Alexandra Lima da. *Escritas de viagem, escritas da história: estratégias de legitimação de Rocha Pombo no campo intelectual*. Tese de doutorado (Educação). Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

SIMMEL, Georg. “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL